

Sinal de alerta GLOBO

23 OUT 1994

MARCELLO AVERBUG

Quando eu estudava na antiga Universidade do Brasil, no início da década de 60, certa ocasião um grupo de alunos resolveu coletar assinaturas em um manifesto internacional contra a bomba atômica, promovido por Bertrand Russel. As adesões iam de vento em popa até que esbarramos na resistência de um colega. "Assina", insistíamos; "não assino", respondia ele com obstinação. A discussão foi ficando cada vez mais exaltada, até que alguém gritou: "Você não quer assinar porque é covarde, tem medo de se comprometer." Ao que ele retrucou prontamente: "Covardes são vocês que têm medo da bomba atômica!"

Esta velha história me veio à lembrança ao observar os segmentos da sociedade brasileira que resistem em aderir aos hábitos antiinflacionários. Pessoas que parecem afirmar: "Eu não tenho medo da inflação; portanto, não endosso medidas destinadas a erradicá-la definitivamente." E o caso, por exemplo, dos parlamentares que não se interessam em aprovar uma verdadeira reforma fiscal e outras mudanças constitucionais indispensáveis, dos governadores que não perdem a mania de tratar o orçamento e os bancos estaduais como propriedades suas ou dos respectivos partidos, da parcela de assalariados que insiste em recorrer a mecanismos de indexação automática de salários, dos empresários que não se preocupam com aumento de eficiência, dos vendedores de automóveis que cobram ágio e dos

especuladores em geral.

Agora que teremos novos Governos federal e estaduais e um novo Congresso, é o momento oportuno para neutralizar esses segmentos da sociedade e livrar o país dos nocivos costumes que, igual à radioatividade, ficam pairando sobre o ambiente nacional durante longo tempo após um processo inflacionário.

Ilude-se quem acha que a inflação já está vencida. Ainda faltam muitas etapas fundamentais para podermos festejar o fim do perigo de sua volta devastadora. A vitória não depende apenas de como o presidente da República e seu ministro da Fazenda vão pilotar o Plano Real, mas sim de como toda a sociedade se comportará. A tranquilidade de possuir moeda estável não está garantida e a melhor maneira de o Governo alcançar este objetivo é deixando claro à população a dimensão do trabalho a ser feito e revelando o gênero de participação atribuída a cada ente social.

Além de temer a inflação, confesso meu medo de outro petardo: nível elevado de desemprego. Devemos estar preparados para a eventualidade de a criação de novas oportunidades de trabalho ser decepcionante, mesmo com a retomada do desenvolvimento. Não se trata de uma previsão, mas sim de um alerta. Isto pode acontecer devido ao aumento de produtividade no setor privado, inexorável com a queda da inflação e abertura da economia, e à tendência do setor público em alojar menos servidores, em decorrência do esforço inevitável para enxugar a máquina administrativa e reduzir gastos.

Diante deste cenário convém,

antes de tudo, fugir a velhas tentações e arquivar receitas retrógradas de combate ao desemprego, tais como conter a evolução tecnológica, frear a desestatização, interromper a abertura externa da economia e promover o retorno do homem ao campo. Frear a privatização equivale ao reconhecimento da existência de empreguismo nas estatais e de que uma administração eficiente dispensará mão-de-obra inútil. Tentar barrar o avanço tecnológico e a abertura da economia corresponde a jogar o Brasil na penumbra do atraso, privando-o da chance de usufruir do melhor que a civilização pode oferecer. Por outro lado, já é tempo de banir o refrão da "volta ao campo", pois não podemos condenar o setor rural a cumprir a pena de garantir postos de trabalho às custas de sua modernização. Há setores produtivos que possuem maior propensão a absorver mão-de-obra, mesmo usando a melhor tecnologia disponível; seria ótimo incentivá-los, mas não como ninhos de subemprego.

O esforço de maximizar o desenvolvimento e minimizar o desemprego será menos difícil se o objetivo de desconcentrar a renda não for apenas ficção e a ampliação dos mercados interno e externo atuar como propulsor do crescimento econômico. De qualquer forma, o nível de desocupação que resultar terá de ser enfrentado através de políticas específicas e, é bom lembrar, quanto mais o país se desenvolver maior a disponibilidade de recursos passíveis de serem direcionados para esta finalidade.